

O Indivíduo em Tempos de Pandemia e Isolamento Social:

Um cenário de falência do Processo Civilizador? ^[1]

Manoel Santana Cardoso ^[2]
Fundação CAPES/MEC/BR
manoel_msc@yahoo.com.br

Lucas Freitas de Souza ^[3]
CICS.NOVA.UÉvora
lucas.fs@uevora.pt

Cláudia Mota ^[4]
TJDF/BR
claudiamota@gmail.com

Resumo

O surgimento da doença provocada pelo SARS-Covid 19, a qual tem sido tratada como Coronavírus, afetou diversos países em todo o mundo, desde março de 2020 e, somente no Brasil, já provocou um número superior a 600 mil óbitos. Neste cenário, como resultado do impacto da pandemia, a sociedade incorporou uma série de novos comportamentos. Dentre estes, destacam-se a insegurança alimentar, a violência urbana e uma certa aversão das autoridades em atender aos cidadãos em um momento em que aquilo a que denominamos de *anomia* vai se materializando de forma bastante evidente. Isso não vem ocorrendo somente no Brasil, mas em vários outros países, principalmente, na América do Sul e Ásia. Questiona-se, a partir de uma “tela eliasiana”, até que ponto o descompromisso com alguns níveis de civilidade pode ensejar um retrocesso em relação ao projeto civilizatório e emancipatório construído nos últimos três séculos? O Brasil é um país onde a desigualdade social e suas mazelas sempre existiram em razão do baixo investimento em educação, saúde e outros serviços básicos. Temos um país marcado pela existência de uma elite descompromissada com as questões de fundo da sociedade. O racismo e a falta de um projeto de nação uníssono são marcas indelévels de nossa sociedade. Com a pandemia tais condições se acirraram, evidenciando graves e danosas consequências dessa desigualdade. Diante disso, o presente trabalho questiona a possibilidade de existência de um caminho que esteja nos levando a um rompimento da nossa sociedade com o processo civilizatório, assim como preconizado por Norberto Elias, e que é o cerne de sua importante obra.

Palavras-Chave: Pandemia. Isolamento. Desigualdade social. Retrocesso. Processo Civilizatório.

Abstract

The new coronavirus disease (Covid-19) affected several countries around the world and at the end of March this year there were almost 600.000 deaths, only in Brazil. In this scenario, society, as a whole, assumed new behaviors and in this context, food insecurity, urban violence and a certain aversion by the authorities to serve citizens are highlighted at a time when the so-called anomie is materializing. This is not only in Brazil, but in several other countries, mainly in South America. It is questioned, based on an “Eliasian canvas”, to what extent the lack of commitment to some levels of civility can mean a setback, almost a rupture, in relation to the civilizing and emancipatory project built in the last three centuries? Brazil is a country where social inequality and its ills have always existed due to low investment in education, the existence of an elite uncommitted to the fundamental issues of society, racism and the lack of a unified nation project. With the pandemic, these conditions have intensified, showing serious and damaging consequences of this inequality. In view of this, the present work questions the possibility of the existence of a path that is leading us to a rupture of our society with the civilizing process, as advocated by Norberto Elias, and which is at the heart of his important work.

Key-words: Pandemic. Isolation. Social inequality. Backspace. Civility setback. Civilizing Process.

Introdução

O final do segundo decênio do século XXI se apresentou ao mundo como um momento de novas perspectivas, dimensões e problemáticas. Reestruturando a forma de pensar e agir, 2020 inaugura o início de novos comportamentos sociais, resultantes da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) e reaviva a memória da humanidade quanto à incapacidade de gerenciar situações agudas, as quais nos impõe determinadas crises, principalmente quando relacionadas a enfermidades.

A sociedade travou uma luta a cegas contra um inimigo até então desconhecido e, de todos os países afetados pela doença, o Brasil está entre aqueles com maior número de contaminações e mortes. Desde o início do ano de 2020, os cenários social, político e econômico foram redesenhados pela pandemia e, em razão disso, surgiram importantes questionamentos acerca da estrutura da nossa sociedade emergiram de diversas formas.

Se antes a noção de pandemia se fundamentava apenas em relatos históricos, como no caso da gripe espanhola (1918), e da peste negra (1348-1350), surpreendentemente, a história deixou os livros para ser vivenciada pela humanidade novamente.

Essas experiências relatadas nos livros ressoavam como períodos distantes. De fato, toda obra histórica se constitui em um espelho mais ou menos distante (Tuchman, 1978/1991). E mesmo que recuadas as épocas referidas, a história nos permite conjecturar sobre as diferentes dimensões da condição humana, bem como sobre os efeitos devastadores de uma pandemia.

A peste negra chegou do Oriente ao Ocidente pelo Mar Mediterrâneo por meio de navios no século XIV, os quais não somente traziam mercadorias, mas também os ratos contaminados por pulgas infectadas pela bactéria *Yersinia pestis*, que propiciou a proliferação da enfermidade. A peste se espalhou rapidamente e matou entre um terço e metade da população da Europa na época. A doença se apresentou como uma infecção pulmonar transmitida pelo ar e não se conhecia

outro remédio que não fosse o isolamento do núcleo de contagiados (Marr, 2012/2015).

No mesmo nível de gravidade, estima-se que a gripe espanhola ou influenza vírus H1N1, ocorrida em 1918, contaminou 500 milhões de pessoas, o que correspondia a aproximadamente um quarto da população mundial na época. Foi considerada como uma das epidemias mais mortais da história. Estudos recentes (feitos durante a última propagação da influenza vírus H1N1 – 2009) apontaram a falta de higiene como um dos fatores determinantes de contaminação da infecção bacteriana. Segundo a historiografia, a gripe de 1918 chegou ao Brasil em setembro do referido ano, por meio do navio *Demerara*, vindo de Portugal, o qual desembarcou doentes em Recife, Salvador e Rio de Janeiro, espalhando focos em diversas cidades (Bertucci, 2009).

A nova doença do Coronavírus (Covid-19) se alastrou rapidamente por todo o planeta afetando inúmeros países em proporções até então não imaginadas, ocasionando situações assustadoras, como por exemplo, a ocorrência de corpos de pessoas encontrados no meio das ruas de Guayaquil, Equador, remetendo-nos aos piores cenários da peste negra ocorrida na Europa no século XIV.

O isolamento social compulsório, bem como os novos hábitos de convivência, nos insinua a vários questionamentos, a partir da ótica da obra de Norbert Elias (1897-1990). Neste momento, é legítimo nos perguntarmos até que ponto o descompromisso com alguns padrões de civilidade poderá significar um retrocesso em relação ao projeto civilizatório/emancipatório construído nos últimos três séculos e um acirramento das cruas condições de vida?

Ao considerarmos o movimento de civilização do mundo, podemos afirmar que o processo civilizatório definiu padrões nas relações sociais e, diante da indagação acima, outra interrogação paira: quais seriam os padrões hoje vigentes?

Se estamos vivendo o início de um retrocesso civilizatório, então a pandemia, por sua condição distópica e anômica, está levando a sociedade a fechar os olhos

para algumas conquistas civilizatórias, sociais e existenciais que foram se construindo desde antes do advento da modernidade.

Em sendo assim, levanta-se a reflexão e o debate para a realidade no contexto socioeconômico, o comportamento individual e as questões que o cercam (trabalho remoto, mitigação da circulação nas ruas, proibições e obrigações – como o uso de máscara, por exemplo).

E, a partir dessas colocações, o tema deste trabalho propõe a análise de alguns novos comportamentos sociais em razão do Coronavírus (Covid-19).

1. Breve panorama mundial em tempos de pandemia: trabalho, desigualdade, educação à distância

Inicialmente, cumpre situar o estudo a partir do processo civilizador, o qual demanda uma expectativa de longa duração, o que exige também uma visão mais ampla sobre atitudes e ações capazes de promover uma mudança civilizatória.

O indivíduo se relaciona socialmente a partir de seus interesses e suas ações são traçadas em face da capacidade de preservação seletiva de experiências vividas em todas as idades, as quais exercem ressaltante função na individualização dos seres (Elias, 1970/2008). A partir disso, na compreensão de Elias, a sociedade e os indivíduos modelam uma relação dinâmica e recíproca, de modo que não se sustenta considerá-los em separado (Elias, 1939/2011). Ou seja, não há indivíduos sem sociedade nem sociedade sem indivíduos. Além disso, a individualização tem suas particularidades de acordo com o momento histórico, as configurações, as relações e as trajetórias sociais (Elias, 1987/1994). A atual pandemia reforçou a ideia da individualização, bem como a relação dinâmica e recíproca entre indivíduo e sociedade a partir do isolamento social compulsório, juntamente com os novos hábitos.

Classificada e declarada como pandemia em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a

crise do novo Coronavírus apresentou o distanciamento social como forma primeira e essencial de enfrentamento da doença. Semelhante indicação era a profilaxia indicada quando da peste negra e da gripe espanhola (isolamento do núcleo de contagiados).

Longe e próximo, ao mesmo tempo, os futuros utópicos e distópicos imaginados nos séculos passados vieram novamente a debate. Apesar de ainda não dispormos de residências nas crateras lunares, experimentamos, momentaneamente, a eminência de uma extinção. Utópicos pensamentos logo foram colocados abaixo com simples e eficazes respostas.

O distanciamento social trouxe consigo uma nova forma de pensar e reformulou a vida e o trabalho, duas das suas mais importantes esferas. O refúgio doméstico tornou-se, para muitos, círculo de contenção e local de trabalho, tal como na época pré-capitalista. A experiência de vida passou a ser realizada entre poucas paredes. E, hoje, a quarentena, romantizada em muitos futuros utópicos e distópicos, veio como a medida sanitária imediata e necessária para combater a enfermidade que se alastrava pelo mundo, infectando e levando à morte milhares de pessoas por todo o globo. Diante desse cenário repentino, o abrigo caseiro, o trabalho remoto e a contenção da circulação das pessoas se transformou em uma realidade universal.

Na concepção eliasiana, é possível analisar a inusitada circunstância como parte dos processos aos quais a humanidade se submete: o histórico, o biológico e o sociocultural. E apesar das mudanças sociais enfrentarem um ritmo mais lento comparadas às biológicas, deve-se ressaltar que as formas de viver e conviver realmente vão mudando com o passar dos anos e, nesse entremeio, o processo civilizador vai se fazendo, contribuindo para a sedimentação de costumes e comportamentos.

Se para muitos a nova realidade não se apresentou como algo de difícil adaptação, para outros, como os trabalhadores informais e produtores rurais, configurou-se como um desafio de importantes dimensões. A realidade vivenciada por um contingente de pessoas se mostra distante da sobrevivência dentro do refúgio doméstico.

Dentro do contexto brasileiro, país com variadas proporções e variados contextos, antigos problemas foram ampliados. A desigualdade, antiga e irresolvida chaga social, evidencia os efeitos da mescla de inúmeros fatores, tais como: os baixos investimentos em educação e saúde; a existência de uma elite descompromissada; o racismo e a falta de um projeto de nação uníssono - é agora acirrada, evidenciando as graves e danosas consequências dessa desigualdade para a nossa sociedade (DaMatta, 1984; Holanda, 1936).

Em um tempo inimaginável, grupos de pessoas tiveram que se adaptar às novas formas de convivência: uso de serviços delivery, aplicativos e aulas virtuais, contatos com parentes do grupo de risco via chamadas de vídeo, o uso de máscara e álcool em gel, e, principalmente, isolar-se em casa:

“Em tempos de pandemia, ‘ficar em casa’ se mostra então uma experiência complexa: as pessoas permanecem mais tempo nela e novas atividades são trazidas para dentro desse lugar de vida. Homens e mulheres que trabalhavam fora se veem reinventando tarefas em trabalho remoto. Crianças, suas demandas fisiológicas e afetivas e suas atividades escolares impõem novos ritmos aos pais. Idosos que viviam sozinhos sob os cuidados de enfermeiras e cuidadoras se encontram no centro de negociações tensas sobre a distribuição das responsabilidades entre parentes e prestadores de serviços — e seus valores morais e monetários. Empregadas domésticas e diaristas vivem as agonias de ter ameaças ou salários de fato cortados — sem as casas dos outros onde trabalhar, perdem os meios de manter suas próprias casas” (Araujo, 2020, p. 3).

Pontualmente, cumpre abrir um curto parêntese para, a partir de abordagens clássicas, confirmar o importante espaço ocupado pelo trabalho na transformação das relações sociais, particularmente, nos tempos atuais em que trabalhadores (exemplo: domésticos, informais e eventuais) vivem “na corda bamba”.

O trabalho é relevante à organização da vida social e a ideia de sociedade do trabalho está diretamente ligada à sustentação das condições materiais, inclusive,

no que se refere à produção rural, que não poderia estagnar completamente a produção, sob pena de escassez absoluta de alimentos. À medida que predomina o trabalho assalariado (classe operária), as relações sociais se determinam pela acumulação de capital e pela ideia de que a competitividade faz parte da estrutura laboral. Isso faz da grande maioria dos indivíduos meros componentes de uma engrenagem caracterizada pela exploração (Marx, 2017a, 2017b, 1894/2017). O trabalho tem importância central na organização da vida em sociedade face aos valores e às representações, as quais direcionam algumas ações sociais fundamentais (Weber, 1999). Depreende-se assim, que em uma sociedade do trabalho, o processo de constituição de identidades se ratifica pelas diversas funções que cada indivíduo desempenha na vida econômica.

Da observação de profissionais que não tiveram a opção de se resguardar dos efeitos da pandemia, já que latente a necessidade de desempenho da função: agricultores, enfermeiros, médicos, policiais, garis, dentre outros, é possível demonstrar que as relações sociais se (re)desenham a partir da definição de quem tem ou não recursos para se manter isolados por longos períodos. Aqueles sem condições tampouco para seguir orientações sanitárias, sem o mínimo existencial, seguem trabalhando e submetendo-se ao risco de contaminação e, sobretudo, ao sistema estrutural exploratório. E então, chegamos ao ponto: o trabalho (não remoto) como meio de subsistência – ‘devo parar e me isolar, mas não posso parar de trabalhar, porque é dele que vem o sustento da minha família’. Assim, as cores da desigualdade se iluminam e confirmam sua natureza estrutural e estruturante (Giddens, 1984/2003).

Nessa conjuntura, a obra de Elias (1985/1991; 1969/2001; 1987/1994; 1982/2012; 2008; 1970/2008; 1939/1993; 1939/2011; 1984/1998) nos convida a refletir e a debater sobre a possibilidade de um colapso da civilização atual caso não se tenha uma reconfiguração das relações sociais, considerando um cenário até então inimaginado.

As mudanças no mundo do trabalho nos valem para compreender as inovações, bem como a correlação

entre a evolução tecnológica (tão destacada nessa pandemia), o aperfeiçoamento de costumes, a burocratização, a urbanização e a industrialização. Esse conjunto de elementos, associados, Elias denomina **processo civilizador** e assevera em face do trabalho que é preciso considerar as tensões elementares, a competição e as inseguranças específicas:

“As tensões do mundo moderno impõem a esses indivíduos uma pressão de trabalho e uma insegurança profunda que nunca cessam. (...) A competição incontrolável, isenta de monopólio, entre pessoas da mesma classe, por um lado, e as tensões entre diferentes classes e grupos, por outro, dão origem também, no caso do indivíduo, a uma contínua ansiedade e a proibições ou restrições específicas. Elas, também, produzem seus próprios medos específicos: medo de perda do emprego, de uma vulnerabilidade imprevisível aos que exercem poder, de cair abaixo do nível de subsistência, que prevalecem nas classes mais baixas; (...) E foram precisamente medos e ansiedades desse tipo (...) que desempenharam até hoje um papel decisivo na modelação do código vigente de conduta” (Elias, 1939/1993, pp. 270–271).

Em tempos de pandemia, outro importante ponto que deve se alertar, em face do panorama mundial socioeconômico, é a implementação da educação à distância, que se afigurou uma novidade ainda mais impensada (nos ensinos fundamental e médio), vez que a responsabilidade cognitiva foi repassada à família e/ou responsáveis:

“As propostas de educação a distância transportaram para os familiares e responsáveis parte das responsabilidades dos professores em relação aos estudantes. Além dos mencionados problemas relacionados à pandemia e a questões de renda e subsistência, familiares de alunos se viram tendo que assumir uma função para a qual geralmente não são capacitados, tendo em vista que há toda uma gama de saberes específicos para se lecionar crianças e adolescentes de cada faixa etária que não se desenvolve somente com a prática profissional e não são apreendidos de um dia para outro. É preciso salientar, ainda, que nenhuma dessas

categorias foi adequadamente capacitada para a função de trabalho remoto, dos profissionais de educação àqueles que supervisionam a educação em idade escolar” (Solis, 2020, p. 7).

De fato, juntamente com os problemas econômicos e políticos, a pandemia veio questionar modelos de negócios e paradigmas socioculturais. Os grupos sociais viviam uma rotina bem delineada e, de repente, o fechamento unilateral de todo um país, com dimensões consideráveis, demonstrou claramente o quanto estamos (a nação e seus setores) despreparados para situações deste tipo. Os primeiros estados a decretarem a suspensão das atividades nos setores produtivos foram Distrito Federal e Rio de Janeiro. No contexto da escola, por conseguinte, a educação sofreu um choque de realidade que impeliu a novos formatos, impondo de forma não planejada a adoção do ensino remoto.

Além disso, o aumento da violência urbana, em especial, a violência policial evidenciou que as ilegalidades praticadas pela polícia contra os cidadãos nas ruas têm sido cada vez mais recorrentes. Os casos de violência envolvendo a polícia

“(...) alimentam um sentimento de descontrole e insegurança que dificulta qualquer tentativa de controle e pode até contribuir para a escalada de outras formas de violência. A violência policial, principalmente quando os responsáveis não são identificados e punidos, é percebida como um sintoma de problemas graves de organização e funcionamento das polícias. Estes problemas, se não forem solucionados, particularmente em democracias emergentes como o Brasil, podem gerar problemas políticos, sociais e econômicos sérios e podem contribuir para a desestabilização de governos e regimes democráticos” (Mesquita Neto, 1999, p. 131)

Em face das práticas de controle de legalidade, há uma pontual diferença entre cidadãos e policiais (representantes do Estado). Estes são autorizados pela Carta Magna a usar a força física contra aqueles no cumprimento do dever legal, em virtude da preservação da

segurança pública, da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Entretanto, a lei maior (Constituição Federal) não autoriza a prática do abuso de autoridade, em que agentes usam a força de forma ilegal.

A partir disso, distingue-se o ato de força de ato de violência sob o ponto de vista sócio-político. Nessa análise, infere-se que não somente a legalidade é critério de análise, mas também a legitimidade do uso da força física: à polícia é permitido, legalmente, restringir direitos e liberdades em prol da coletividade, contudo, sua atuação deve estar pautada na legalidade, sob pena de praticar atos de violência pelo uso desvirtuado da força face a as finalidades alheias a estabilidade e a paz das nações.

A violência policial se configura, além de ilegal, um comportamento não legitimado. Nesse aspecto, surge a necessidade de profissionalização e aprimoramento dos agentes, a fim de melhorar a prestação do serviço de segurança pública:

“(...) a violência policial é um comportamento anti-profissional, não-profissional ou pouco profissional, antes de sugerir que a violência policial é um comportamento ilegal, ilegítimo ou irregular por parte de policiais envolvidos em atos de violência. Esta concepção sugere a necessidade da profissionalização da polícia e da melhoria da formação e aperfeiçoamento profissional dos policiais antes de sugerir a necessidade de uma punição dos policiais envolvidos em atos de violência como forma de controlar a violência policial. Portanto, não produz automaticamente uma reação negativa por parte dos policiais, podendo, assim, servir de base para uma relação de cooperação, e não de conflito, entre policiais e não policiais na questão da compreensão e do controle da violência policial” (Mesquita Neto, 1999, p. 136).

Nessa linha de análise, compreende-se que a ação da polícia deve estar em acordo com as leis estabelecidas para que possam ser legitimadas perante à sociedade. Ou seja, a atuação policial deve seguir parâmetros legais, para que sua autoridade seja aceita (Carvalho & Silva, 2016).

A legalidade é um atributo do exercício do poder que se esteia na universalidade de princípios relativos à ordem e à segurança, enquanto a legitimidade é uma condição do título de poder que se fundamenta no interesse e na vontade dos componentes de uma organização sócio-política.

2. O indivíduo, as mudanças sociais, a morte e a vida indigna de ser vivida: vivemos um retrocesso do processo civilizatório?

Diante da nova realidade que não somente evidenciou uma já sabida a desigualdade social, mas intensificou outras problemáticas, observa-se que os indivíduos foram forçados a novos hábitos de convivência. Atividades costumeiras (trabalho, estudo, exercício físico) passaram a ser desenvolvidas no espaço doméstico, afinal, academias foram fechadas, escolas implementaram o ensino à distância, e muitas empresas (públicas e privadas) adotaram o trabalho remoto, utilizando sistemas e tecnologias avançadas.

Além disso, a vida social ficou restrita aos familiares mais próximos (residentes sob o mesmo teto) e a circulação nas ruas foi regradada (uso obrigatório de máscara, distância mínima exigida em mercados, farmácias e, sobretudo, ausência de contato físico com outras pessoas).

A pandemia trouxe muitas novidades, mas, para além do isolamento social, alguns indivíduos passaram a temer uma realidade socialmente percebida, mas pouco conjecturada: a morte.

O homem, no sentido designativo da espécie, diferencia-se dos demais animais pela consciência da morte. A finitude de sua existência, desde os primórdios de sua evolução, moldou sua forma de organizar a vida. Se por um lado, determinados grupos temem a morte, sendo ao final de seu ciclo de vida julgados por suas atitudes e condenados ao inferno ou ao paraíso, por outro lado, outros grupos normalizam a morte, sendo está apenas mais uma etapa. O corpo, primeira incubadora do ser, morre de forma a dar início na próxima etapa da evolução. A forma como se encara a morte

ditará, em muitos aspectos, a relação do indivíduo com a sociedade.

O fim, dolorosa certeza da aventura humana, não é único. Um simples desligar da tomada. A morte chega das mais variadas formas. Para alguns um simples gradual apagar da vela, para outros o tormento ainda em terra. O fim, portanto, está muito além do próprio final. A forma que lidamos com o caminho até o efetivo apagar é alterado de sociedade para sociedade.

Elias, em sua obra *A solidão dos moribundos* (1982/2012), apresenta esta questão assumindo que o fim tem início muito antes de seu efetivo acontecer. No início deste caminhar, os contextos socioculturais estabeleceram a forma como os indivíduos irão lidar com o partir de determinado ente querido: “*A fragilidade dessas pessoas é muitas vezes suficiente para separar os que envelhecem dos vivos*” (p. 5).

Esta fragilidade acaba por levar os indivíduos a uma falta de sensibilidade com os seus em decadência. Muitas vezes, refletido como uma falta de paciência, tornar-se menos afetivos com os seus moribundos. Afastam-se, já assumindo, muito antes da perda, o partir. Inquestionavelmente, existem outros que a contraponto do acima expressado permanecem ao lado de seus entes. E para estes o sofrimento do fim da vida é tão grande quanto para aquele que está a partir. Deixa-se, portanto, os moribundos a se esvaírem. Evita-se o sofrimento “abandonando” a mercê dos lobos, aqueles que já não conseguem acompanhar a tribo. A evolução, que levou o homem a grandiosos avanços, se esqueceu de alguns detalhes. A ocorrência desse isolamento precoce dos moribundos, assim como relatado por Elias (1982/2012), é sinal, mesmo nas sociedades mais avançadas, de uma fraqueza. É a ausência de identificação, simpatia, com aquele que está partindo.

Inegavelmente é notável a existência de uma evolução em relação à forma como lidamos com a morte. O próprio Elias esclarece que “*Não mais consideramos um entretenimento de domingo assistir a enforcamentos, esquartejamentos e suplícios na roda. Assistimos ao futebol, e não aos gladiadores na arena*” (Elias, 1982/2012, p. 6).

A pandemia do Coronavírus trouxe à tona essa situação de sofrimento em que passamos, em determinado momento, a ter consciência, de certa forma, de nossa mortalidade. Compreendemos a realidade do morrer sujeito a todos, porém, ainda sentimos dificuldades em nos identificar com os moribundos. Tememos a morte por termos medo do desconhecido, sendo este, um peso de nossa racionalidade. “*A morte é um problema dos vivos. Os mortos não têm problemas. Entre as muitas criaturas que morrem na Terra, a morte constitui um problema só para os humanos*” (Elias, 1982/2012, p. 6). Tememos a morte por termos conhecimento sobre ela.

Mas, muito além da existência a consciência sobre a morte, “*morrer pode significar tormento e dor*” (Elias, 1982/2012, p. 13). Em parte por contextos religiosos, o que acaba por diferenciar as sociedades. Enquanto nas sociedade cristãs a morte é vista como um castigo à humanidade imposto por Deus devido ao pecado de Adão, em outras a morte é orgulho, principalmente em batalha. Em outro contexto, o medo da morte está relacionado a dificuldades enfrentadas no passado para aliviar o sofrimento. Assim, como foi apresentado pela antropóloga estadunidense Margaret Mead^[5], falecida em 1978, a empatia possibilitou ao ser humano viver um pouco mais. O osso quebrado que cicatrizou é exemplo disto. Antes o indivíduo que seria abandonado pela tribo, agora é cuidado por todos até se recuperar (Blumenfeld, 2020). Porém, o prolongamento da vida não significa sua infinitude. A morte, apesar de amenizada, ainda é a realidade. As caveiras expostas na Capela dos Ossos na cidade de Évora em Portugal nos lembram disto em sua emblemática frase: “*Nós ossos que aqui estamos pelos vossos esperamos*”.

Conseguimos, de certa forma, prolongar nossa existência. Controlamos de melhor forma os perigos, amenizamos a dor, deixamos de ver a morte como punição, pelo menos em algumas sociedades. Adquirimos a consciência dos perigos e das causas, e com isso, a possibilidade de evitar a morte até o último momento possível.

Da naturalidade da morte, vivida até o fim da idade média, passamos para uma aversão aos fatores biológicos da vida, conforme nos lembra Elias:

“Sem dúvida, a aversão dos adultos de hoje a transmitir às crianças os fatos biológicos da morte é uma peculiaridade do padrão dominante da civilização nesse estágio. Antigamente, as crianças também estavam presentes quando as pessoas morriam. Onde quase tudo acontece diante dos olhos dos outros, a morte também tem lugar diante das crianças” (Elias, 1982/2012, p. 16).

Essa aversão ao fator biológico morte levou a humanidade a criar um certo desconforto perante os moribundos causando uma exclusão social destes que estão sujeitos a morte iminente. Se antes a visão da morte e do corpo pós morte era comum, hoje nos afastamos dessa realidade. Em uma compreensão foucaultiana, o corpo, antes objeto sagrado, por isto penalizado, é agora banalizado como forma de aversão ao processo natural de morrer (Foucault, 1999). A morte abandonou sua comunidade para ser geradora de medo. *“O medo de morrer é sem dúvida também um medo de perda e destruição daquilo que os próprios moribundos consideram significativo”* (Elias, 1982/2012, p. 24). E com o medo da morte criamos *“uma fantasia coletiva de vida eterna em outro lugar”* (pp. 25–26). Buscamos amenizar os medos sonhando com a possibilidade de continuidade. E nessa busca por fugir de uma realidade biológica do ser abandonamos a mercê dos lobos os pobres moribundos. Na solidão do fim do caminho são pedras a pesar no alforjes da vida que segue.

Em determinado momento começamos a pesar, assim como Têmis, o sentido da existência individual. Elias exemplifica afirmando que

“Se um homem de trinta anos, pai de duas crianças pequenas e casado com uma mulher que ama e que também o ama, envolve-se num acidente de estrada com um motorista que vinha na contramão e morre, dizemos que é uma morte sem sentido. Não porque o morto tenha deixado irrealidade um sentido extra-humano, mas porque uma vida que não tinha qualquer relação com a da família afetada, a vida do outro motorista, de um só golpe, como que vindo de fora e por acaso, destruiu a vida, os objetivos e planos, os sentimentos firmemente enraizados de um ser humano, e,

portanto, algo que tinha todo o sentido para essa família. Não foram destruídas só as expectativas, esperanças e alegrias do morto, mas também as dos sobreviventes, sua mulher e filhos” (Elias, 1982/2012, p. 41).

Se por um lado temos a beleza do valor de uma vida e de tudo que ela construiu e significa, por outro vemos o negligenciamento da outra vida. Existem vidas que valem mais e existem aquelas, assim como estabeleceu Binding e Hoche (1922), indignas de serem vividas. E neste patamar, da vida indigna de ser vivida, se encontra o moribundo. *“Já está mais para lá do que para cá”*, diria o ditado popular. E assim gerimos o valor da existência humana.

Na atual crise pandêmica vivenciada nos últimos meses tornou-se perceptível como determinadas vidas são, para muitos, indignas da existência. Assim, como a nação ariana de Hitler julgava ser superior e não se importava com os milhares de judeus a serem jogados em valas comuns, e do mesmo modo como os colonizadores açoitavam e tinham o poder sobre a vida dos escravos, ignoramos a humanidade existente no outro (Souza, 2021). Ou pelo menos fingimos não ver. O problema só se torna realmente um problema quando nos bate à porta.

Em uma tentativa de normalizar a situação, inúmeras pessoas, em sua maioria jovens, desdenham dos acontecimentos. Por supostamente estarem fora do grupo de risco à pandemia, não se sensibilizam com aqueles que pertencem ao grupo. Elias (1982/2012) *“compreende”* estes grupos afirmando que *“[...] os outros, os grupos de ‘idade normal’, muitas vezes têm dificuldade em se colocar no lugar dos mais velhos na experiência de envelhecer – o que é compreensível”* (p. 44).

Essa incapacidade de se identificar com o outro e sentir compaixão por aqueles que podem ter suas vidas cessadas pela pandemia, ou por outros fatores como nos exemplos acima, demonstra, assim como esclarecido por Elias (1982/2012), a ausência de noção de envelhecimento. *“A sensação ‘talvez eu fique velho um dia’ pode estar inteiramente ausente”* (p. 45). Uma ausência de

consciência de que, um dia, posso ser *eu* a ser escravizado, um dia posso ser *eu* a pertencer a um grupo de risco, um dia posso pertencer a um grupo odiado, um dia posso ficar velho. Em um processo de negação, enquanto não bate à porta, nega-se a existência do problema.

Nos três últimos séculos, a sociedade humana evoluiu estrondosamente em grau e número. No contexto da morte, deixamos de temê-la para adorá-la e, por fim, negá-la. Se em tempos anteriores se buscava o elixir da vida eterna, hoje o temos. Pelo menos de certa forma:

“O progresso no conhecimento biológico tornou possível elevar consideravelmente a expectativa de vida do indivíduo. Mas por mais que tentemos, com o auxílio do progresso médico e a capacidade crescente de prolongar a vida do indivíduo e aliviar as dores do envelhecimento e da agonia, a morte é um dos fatos que indica que o controle humano sobre a natureza tem limites” (Elias, 1982/2012, p. 50).

O progresso trouxe a humanidade um certo amadurecimento. Este mesmo progresso apresenta-se também como algo perigoso. O perigo de autodestruição é constante. A ausência de consciência sobre a finitude da vida humana, da própria vida, é um agravante. O pensar individualizado, longe do todo social, um afastar de responsabilidade que nega reconhecer uma mudança no processo social.

E assim, seguindo uma individualização que desvincula seus anciões do processo social, a sociedade segue. Há alguns anos abandonava-se os mais velhos em asilos e, como se sua existência fosse negada, ali permanecia até perecerem. Do mesmo modo olhasse hoje para a multidão de mortos e, normalizando a situação, finge-se não ver. Banalizada, a morte *“ficou mais informal em nossos dias”* (Elias, 1982/2012, p. 53). Talvez, seguindo a linha de raciocínio de Elias, sejam estas *“peculiaridades de sociedades num estágio particular de desenvolvimento e, portanto, com uma estrutura particular”* (Elias, 1982/2012, p. 54).

Por outro lado, a vida social não é algo garantido. O mal, e tendo a morte como representação deste, não foi totalmente banalizada. A solidão dos moribundos vai muito além dos leitos do fim da vida. Moribundo também é aquele que fica.

O contexto pandêmico trouxe à tona novas formas de ver o mundo. Tudo mudou. O trabalho, agora no modelo remoto; o ensino, em transição para EAD (ensino à distância); as saídas ao mercado com máscara obrigatória.

Além disso, trouxe o afastamento, diferente do anterior, dos moribundos. A morte agora é acompanhada da solidão. A solidão dos moribundos, aos que partem, dá-se ao pé de seu leito, longe de todos que um dia amou (para alguns não mudou tanto). Acompanhados unicamente de seus pensamentos remoem em solidão as lembranças de suas vidas. A solidão dos novos moribundos, os que ficam, se dá na ausência da despedida. Desautorizados de se despedir de seus entes, remoem remorsos e lembranças. Sem direito ao funeral a morte se torna ainda mais gélida. A solidão se estende ao isolamento.

Esta situação, a contraponto do estabelecido por Elias, traz novamente à arena o problema da morte. A agonia e a morte, antes empurradas para longe do olhar dos vivos, são agora revividas em seus olhares. Os corpos, descartados sem os devidos preparos e olhares da família, são agora motivos de críticas. Se para alguns, estas mortes são banalizadas, para outros, mais próximos dos moribundos, são motivos de discórdia. De qualquer modo, nas palavras de Elias (1982/2012), *“morrer, como quer que seja visto, é um ato de violência”* (p. 56).

A pandemia, assim, normalizou comportamentos que anteriormente teríamos considerados como não civilizados. Sair às ruas como se vivêssemos o chamado “normal”, foi uma realidade que já havia sido relatada na época da peste negra, bem como na pandemia da gripe espanhola. Nos dias atuais, isto vai sendo entendido como uma forma de desdenhar de algo que não se pode ver, mas que tem custado vidas e empurrado as economias do mundo, mesmo as mais sólidas, para uma recessão que deve durar anos.

A questão que aqui propomos é, portanto, refletir em que medida o processo civilizatório vai se rompendo e esgarçando-se o tecido social, fenômeno comum em momentos históricos anômicos como o que estamos vivendo. Obviamente, a resposta a tal questionamento somente a teremos em alguns anos, por meio de uma visão retrospectiva. Até lá, vale à pena observar e, a partir de uma visão elisiana, como proposto pelo presente artigo, estaremos em “ombros de gigante”.

Considerações Finais

A discussão levantada aqui não tem a finalidade de responder e/ou apresentar soluções às demandas sociais realçadas pelo contexto pandêmico. De fato, este trabalho tem a pretensão de somente refletir sobre questões acerca da crise global instalada após a pandemia da Covid-19, especialmente, no que se refere aos novos hábitos dos indivíduos e às mudanças vivenciadas no trabalho, na vida cotidiana.

Com o passar dos tempos a sociedade experimentou uma evolução extraordinária, principalmente, tecnológica (Mlodinow, 2015), o que inclusive possibilitou a continuidade de diversos serviços durante a pandemia.

No entanto, além da pandemia ter acirrados problemas sociais já existentes, evidenciou que o Brasil é incapaz de gerenciar determinadas crises como esta causada pelo Coronavírus, assim como inúmeros outros países.

A exemplo da peste negra e da gripe espanhola ou influenza vírus H1N1, que se espalharam rapidamente e mataram milhares de pessoas, a nova doença do Coronavírus (Covid-19) forçou o isolamento social, bem como a prática de novos comportamentos. Diversos padrões se alteraram e os indivíduos foram forçados a adaptações no que se relaciona ao trabalho, ao ensino, à vida social.

Estes novos tempos, os quais o nascer do século XX imaginou como uma sociedade asséptica, tecnologicizada e evoluída moral e materialmente, os assim chamados “tempos modernos”, tem se mostrado o

oposto do que foi pensado. Ainda não chegamos em um modelo “Mad Max” (Miller & Gibson, 1979) e talvez estejamos longe disto. Contudo, é observável uma perda no iluminismo que herdamos daqueles que nos guiaram até aqui.

Referências bibliográficas

- Araujo, M. (2020). A casa como problema e os problemas das casas durante a pandemia de Covid-19. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 1–9
- Bertucci, L. M. (2009). A onipresença do medo na influenza de 1918. *Varia Historia*, 25(42), 457–475. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752009000200005>
- Binding, K., & Hoche, A. (1922). *Die Freigabe der Vernichtung lebensunwerten Lebens*. (2nd ed.). Felix Meiner
- Blumenfeld, R. (2020). How A 15,000-Year-Old Human Bone Could Help You Through The Coronacrisis. *Forbes*. <https://www.forbes.com/sites/remyblumenfeld/2020/03/21/how-a-15000-year-old-human-bone-could-help-you-through-the--coronavirus/?sh=4372ee8f37e9>
- Carvalho, N. D. R., Júnior, & Silva, L. G. da (2016). Abordagem Policial: Aspectos Jurídicos. *Revista Científica Expressão*, 23, 1–12. <https://www.unifeg.edu.br/webacademico/site/revista-expressao/ed/23/DIR-Natal.pdf>
- DaMatta, R. (1984). *O que faz o brasil, Brasil?*. Rocco
- Elias, N. (1991). *A Condição Humana: Considerações sobre a evolução da humanidade, por ocasião do quadragésimo aniversário do fim de uma guerra (8 de maio de 1985)* (M. Loureiro, Trans.). *Memória e Sociedade*. Difel: Difusão Editorial Lda. (Publicado originalmente em 1985)
- Elias, N. (1993). *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização* (R. Jungmann, Trans.). Zahar. (Publicado originalmente em 1939)
- Elias, N. (Schröter, MichaelOrg.). (1994). *A sociedade dos indivíduos* (V. Ribeiro, Trans.). Zahar. (Publicado originalmente em 1987)

- Elias, N. (Schröter, Michael[Ed.]. (1998). *Sobre o tempo* (V. Ribeiro, Trans.). Zahar. (Publicado originalmente em 1984)
- Elias, N. (Chartier, RogerPrefácio). (2001). *A sociedade de corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte* (P. Süssekind & A. Telles, Prefácio, Trans.). Zahar. (Publicado originalmente em 1969)
- Elias, N. (2008). *Introdução à Sociologia* (M. L. R. Ferreira, Trans.). (3rd ed.). Edições 70. (Publicado originalmente em 1970)
- Elias, N. (2008). Sociologia do conhecimento: novas perspectivas. *Revista Sociedade E Estado*, 23(3), 515–554. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922008000300002>
- Elias, N. (Ribeiro, Renato JanineApresentação). (2011). *O processo Civilizador: Uma história dos costumes* (R. Jungmann, Trans.). (2nd ed.). Zahar. (Publicado originalmente em 1939)
- Elias, N. (2012). *A solidão dos moribundos: seguido de "envelhecer e morrer"* (P. Dentzien, Trans.). (Edição digital). Zahar. (Publicado originalmente em 1982)
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. (L. Peretti, & E. Orth, Eds.). Editora Vozes
- Giddens, A. (2003). *A constituição da sociedade* (Á. Cabral, Trans.). (2nd ed.). *Biblioteca Universal*. Martins Fontes. (Publicado originalmente em 1984)
- Holanda, S. B. de. *Raízes do Brasil*. (26º ed. 14º reimp.). Companhia das Letras. (Publicado originalmente em 1936)
- Marr, A. (2015). *Uma História do Mundo* (B. Vargas, Trans.). (1º Ed. Digital). Editora Intrínseca Ltda. (Publicado originalmente em 2012)
- Marx, K. (Engels, FriedrichEd.). (2017a). O Processo de Circulação do Capital (R. Enderle, Trans.) [Der Zirkulationsprozeß des Kapitals]. In *O Capital: Crítica da economia política* (Vol. 2). Boitempo Editorial
- Marx, K. (2017b). O Processo de Produção do Capital. In *O Capital: Crítica da economia política* (Vol. 1). Boitempo Editorial
- Marx, K. (Engels, FriedrichEd.). (2017). O Processo Global da Produção Capitalista (R. Enderle, Trans.) [Der Gesamtprozeß]. In *O Capital: Crítica da economia política* (Vol. 3). Boitempo Editorial. (Publicado originalmente em 1894)
- Mesquita Neto, P. (1999). Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In D. C. Pandolfi, J. M. de Carvalho, L. P. Carneiro, & M. Grynszpan (Eds.), *Cidadania, justiça e violência* (pp. 130–148). Editora Fundação Getúlio Vargas
- Miller, G., & Gibson, M. (Directors). (1979). *Mad Max*. Village Roadshow Pictures
- Mlodinow, L. (2015). *De Primatas a Astronautas: A Jornada do Homem em Busca do Conhecimento* (C. Carina, Trans.). Jorge Zahar Editor Ltda
- Solis, V. N. F. (2020). Desigualdades e vulnerabilidades na educação diante da pandemia: Um olhar sobre a educação remota na rede estadual do Rio de Janeiro. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 1–15
- Souza, L. F. de. (2021). A invisibilidade do ser: a banalização da violência no "maldito mundo moderno". In J. B. Rodrigues & V. Fonseca (Eds.), *Sociologia da Violência* (pp. 197–214). Editora CRV. <https://doi.org/10.24824/978652510815.5>
- Tuchman, B. W. (1991). *Um espelho distante: O terrível século XIV* (W. Dutra, Trans.). (2nd ed.). Editora José Olympio. (Publicado originalmente em 1978)
- Weber, M. (1999). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (M. I. d. Q. F. Szmrecsányi & T. J. M. K. Szmrecsányi, Trans.). (14th ed.). *Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Sociologia*. Editora Pioneira

Notas:

- [1] Texto apresentado no XVIII Simpósio Internacional Processos Civilizadores, realizado em Bogotá, Colômbia, entre os dias 17 a 20 de novembro de 2020.
- [2] Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Analista Sênior de Ciência e Tecnologia da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC/BR).
- [3] Doutorando em Sociologia pela Universidade de Évora. Mestre em Direitos Humanos Cidadania e Violência. Bacharel em Direito, Ciência Política e em Economia. Pesquisador Colaborador no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora).
- [4] Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Violência pelo Centro Universitário Euroamericano. Técnica Judiciário no Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ/DF/BR)
- [5] *“Mead disse que a primeira evidência de civilização foi um fêmur fraturado de 15.000 anos encontrado em um sítio arqueológico. O fêmur é o osso mais longo do corpo, ligando o quadril ao joelho. Nas sociedades sem os benefícios da medicina moderna, são necessárias cerca de seis semanas de descanso para a cicatrização de um fêmur fraturado. Este osso, em particular, havia sido quebrado e curado. Mead explicou que no reino animal, se você quebrar sua perna, você morre. Você não pode correr do perigo, não pode beber ou caçar por comida. Ferido dessa maneira, você é carne para seus predadores. Nenhuma criatura sobrevive a uma perna quebrada por tempo suficiente para o osso curar. Você é comido primeiro. Um fêmur quebrado que curou é evidência de que outra pessoa teve tempo para ficar com os que caíram, amarrar a ferida, levou a pessoa à segurança e cuidou da recuperação. Um fêmur curado indica que alguém ajudou um ser humano ao invés de abandoná-lo para salvar sua própria vida.”* (MEAD – Revista Forbes, 21/03/2020 –tradução livre pelos autores)